

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 8 de setembro de 2011.

1 Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e onze, com primeira chamada às sete horas e quarenta
2 e cinco minutos, e na segunda chamada às oito horas e quinze minutos no auditório do Centro de
3 Assistência Social, localizado na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2.896 – Centro. Iniciou a Reunião
4 Ordinária com os conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS Biênio 2011-2013.
5 A reunião foi dirigida pela Presidente Marilys Garani, Teve início com a leitura e aprovação da pauta,
6 após foi realizada a leitura da ata da reunião do dia 25 de Agosto de 2011, sendo aprovada. Tem início
7 a leitura dos informes: **1) Recebimento do Ofício 180/2011 da Câmara Municipal de Londrina**, do
8 gabinete do vereador Roberto da Farmácia que parabeniza a nova gestão do Conselho; **2)**
9 **Recebimento de dois exemplares do jornal do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social de nº**
10 **28**; no qual foi passado para apreciação dos presentes. A Presidente Marilys pede atenção de todos
11 para se organizarem para a realização dos apontamentos na discussão do item da pauta; **3) Discussão**
12 **dos critérios de partilha do processo de conveniamento 2012 – pela Diretoria de Gestão**
13 **Administrativa e Financeira e Diretoria de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social**
14 apresentado por Sandra Bianconi, que demonstra a planilha com as metas a serem conveniadas para
15 o ano de 2012, dentro da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Apresentou as metas
16 referentes a Proteção Social Básica 1º Serviço de Proteção sócio Familiar para 05 Centro de
17 Assistência Social (CRAS) sendo eles: Centro A com 544 metas ; Sul A 700 metas; Rural 700 metas;
18 Oeste B 700 metas e Norte B 700 metas, sendo que o valor percapita de cada meta é de R\$25,71.
19 Marilys coloca que o MDS foi o único ministério que não sofreu contingenciamento porque a
20 prioridade do governo é o Brasil sem Miséria tendo três eixos: transferência de renda, inserção nas
21 políticas públicas e inclusão produtiva para o público da assistência social e também é prioridade do
22 governo federal a inclusão produtiva. As Instituições que trabalham com convivência sócio educativa e
23 Educação Sócio Profissional e Inclusão Produtiva Modalidade I pediram para protocolar uma proposta
24 de valores de meta para a prestação deste serviço no valor de R\$76,31 por meta para a convivência
25 sócio educativa e R\$34,00 por meta para Educação Sócio Profissional e - Inclusão Produtiva
26 Modalidade I decorrentes dos R\$200.000,00 que o Prefeito destinou para as instituições. Sandra
27 Bianconi conclui sua fala resgatando motivo de não ter tido o aumento para 2012 ressaltando que
28 esse assunto já foi discutido na gestão anterior por esse conselho. Referente a modalidade de
29 Educação Sócio Profissional – modulo I e II esse debate foi aberto pela Silmeri que apresentou as
30 propostas das Instituições que atendem essa demanda, explicando a situação da inclusão produtiva e
31 das instituições de convivência sócio educativa falando da qualidade dos serviços e como é o trabalho
32 das instituições e ressaltando a necessidade do fortalecimento desse serviço. Cirlene apresenta as 13
33 Instituições que participam da Convivência sócio educativa modalidade I e II, sendo elas: ABAC;
34 Solidariedade Sempre; Boa Esperança; Casa do Caminho; CEPAS; CESUMAR; EPESMEL; Guarda Mirim;
35 AME; Meprovi pequeninos; Pestalozzi; SOMA, Provopar. A Presidente Marilys pede esclarecimento
36 sobre essa questão, falando que não foi essa a proposta da Prefeitura de Londrina nesse momento a
37 Secretária Jaqueline Micali, coloca que foi deliberado pela Secretária de Governo que seria as
38 Instituições que não haviam recebido aumento. Alexandra pede a fala: “dizendo que as instituições
39 realizaram o atendimento com o prefeito e tinha ficado para as instituições de acolhimento
40 institucional adulto e Proteção Social Básica”; Alexandra realizou um resgate de todo o processo de
41 mobilização das instituições da sociedade civil com intuito de ampliar o recurso destinado a
42 subvenção social do FMAS. Apontando que tal mobilização resultou no aporte de R\$400.000,00, e o
43 grupo a partir das discussões que vem realizando faz o seguinte indicativo R\$200.000,00 para o
44 acolhimento institucional adulto e R\$200.000,00 sendo R\$6,30 meta percapta para Convivência sócio
45 educativa R\$14,00 para o Sócio Profissional e Inclusão Produtiva Modalidade I; Nesse momento

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 8 de setembro de 2011.

46 Silvana pede a fala: “dizendo que ficou lisonjeada pelo valor, mas que as instituições se organizaram e
47 resolveram não dividir miséria, mas que se sentaram para discutir as reais necessidades e que
48 souberam da preocupação e chegaram a esse consenso.” A conselheira Neusa Tiba ressaltou que o
49 conselho tem acolhido propostas afetas destinação de recursos públicos sem a devida análise da
50 comissão de fundo. Se mais essa proposta for acatada dessa forma, podemos excluir a Comissão de
51 Fundo pois não há mais necessidade dos trabalhos dessa comissão para esse conselho e informa que
52 estará deixando a coordenação dessa comissão no final desse mês. A plenária votou e deliberou por
53 não acatar a proposta uma vez que não passou pela apreciação da Comissão de Fundo, e na votação
54 houve 04 abstenções. Ficou aprovado o critério apreciado pela comissão de fundo colocar o quadro da
55 apresentação da Sandra, dos serviços da Proteção Social Básica. Sandra Bianconi deu continuidade a
56 Apresentação do critério de partilha da Proteção Social Especial. Coloca sobre a necessidade da
57 contratação de oficinheiros para um serviço de acompanhamento dos adolescentes em cumprimento
58 de medidas referenciados ao CREAS II, as instituições poderiam participar, inclusive a EPESMEL por já
59 realizar esse serviço. Para as ações da Operação Noite Fria ficará como reserva o valor de R\$
60 25.000,00. E de reserva para o CREAS II o valor de R\$ 72.000,00 para as Oficinas. A Alexandra explanou
61 sobre a necessidade dos oficinheiros para o CREAS II e a Luciana pede esclarecimentos sobre a questão
62 dos abrigos e a forma que desenvolvem o trabalho; Marcia Valim esclarece Luciana sobre o
63 reordenamento do acolhimento institucional e Cláudia reforça. Referente ao serviço de Residência
64 Terapêutica ressaltou a necessidade de provocar essa discussão dentro do CMDCA quanto aos
65 adolescentes ameaçados de morte. Elaine do Bom Samaritano coloca as situações do Abrigo
66 institucional e da necessidade de metas diferenciadas, nesse momento a Coordenadora da instituição
67 Pão da Vida esclarece sobre as condições do abrigo e a Cláudia aproveita para falar dos encontros
68 sobre as discussões das demandas dos acolhidos nas Instituições que não são de responsabilidade
69 totalmente da Assistência Social. A Luciana fala sobre as questões das ILPIS (fala sobre Cornélio
70 Procópio que possui leitos para cuidados prolongados). Falando sobre o alerta sobre a saúde mental,
71 doença crônica e pessoa com deficiência. Denise Galhardi informa ao conselho sobre o que sabe
72 referente este assunto e relata que o recurso para residência terapêutica será destinada a aquisição
73 de equipamentos e não para contratação de funcionários e para manutenção de serviços. Neste
74 momento a Coordenadora do abrigo institucional Pão da vida retoma a discussão sobre os acolhidos
75 que estão sendo ameaçados de morte e que vão para o abrigo de adultos e sobre as pessoas com
76 deficiência e adolescentes que são acolhidos e a necessidade de integração de todas as políticas de
77 saúde, educação, trabalho e renda, idoso, criança e adolescente e segurança. Márcia Valim reforça a
78 necessidade de provocar a discussão junto ao CMDCA quanto aos adolescentes ameaçados de morte
79 e dos acolhidos com transtornos mentais que segundo ela: “não tem para onde ir”. Sobre as pessoas
80 com deficiência, Neusa Tiba informa que o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
81 deliberou a Política Municipal de Atenção as Pessoas com Deficiência para o próximo biênio 2011 a
82 2013 e que todos que atendem esse público deve tomar conhecimento do conteúdo em vigência para
83 seguir a referida orientação. Ficou designada a Elaine do Bom Samaritano para resgatar as discussões
84 do acolhimento adulto e trazer para o CMAS o diagnóstico feito pela comissão de acolhimento adulto.

85 **4) Apresentação de Projeto de Economia Solidaria do Ministério do Trabalho e do Emprego- MTE;**
86 Sâmia e Nelma explicaram que o projeto necessita de contrapartida que já consta na rubrica
87 destinada de R\$14.292,89 e que o mesmo irá beneficiar 19 grupos e a aquisição de veículo com tração
88 nas quatro rodas para o atendimentos dos grupos da zona rural, a proposta foi aprovada pelo
89 conselho. **5) Censo Rede SUAS;** Sâmia explica que o ultimo censo realizado foi via poder público e que
90 as instituições devem ficar atentas aos prazos que serão enviados os cronogramas via email para as

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 8 de setembro de 2011.

91 instituições que se for necessário marcará capacitação para as mesmas, pois as datas são
92 diferenciadas para abertura dos cadastros a serem preenchidos, alerta que para fazer o login da
93 instituição vai ser necessário o CPF do Presidente da instituição, e que é uma forma de
94 monitoramento e essas informações vão direto para o MDS. Marilys reforça sobre a necessidade de
95 preenchimento dos cadastros pois pode prejudicar as instituições posteriormente. **6) Proposta de**
96 **capacitação para os Conselheiros CMAS 1º dia de capacitação será 29/09/2011** no auditório do
97 centro de assistência e terá como tema : O que é o conselho, Qual é o dever do Conselheiro, A
98 necessidade dos trabalhos da comissões. Foi aprovada. **7) Relatório da Comissão de Municipalização**
99 **de CRAS**, foi apresentado para plenária e aprovado, encontra-se em anexo (explicar brevemente pois
100 em ata não há anexo) da ata. Vany pede que seja registrado em ata sua indignação com as palavras
101 usadas pela Conselheira Sandra Bianconi que foram as seguintes “gueto, cartel e vocês estão sendo
102 usadas” foram colocadas de maneira ofensiva. Sandra se retrata, mas que ela vê como desrespeito aos
103 membros da comissão de fundo, o fato de não ter sido apresentada esta proposta anteriormente a
104 eles e reitera que nos seus 17 anos acompanhando este conselho, nunca presenciou os fatos aqui hoje
105 ocorridos, “o conselho de Londrina se tornou um espaço de defesa corporativa das instituições pelos
106 recursos”. Marilys coloca a necessidade de debate, mas de forma civilizada. Silmeri coloca que não
107 tinha conhecimento da planilha de estudo das instituições e que o brilho do conselho é o debate.
108 Mariana coloca sobre a falta de comunicação que ocorreu entre a sociedade civil que estava
109 participando deste estudo do valor das metas e desta forma o movimento apareceu de forma
110 negativa para os presentes. Silvana mostra que o movimento realizado contribuiu para o crescimento
111 e união das instituições para trabalharem os critérios de forma que contemplassem a todas, que
112 temos todos os mesmos objetivos que é a qualidade no atendimento dos usuários em nossos serviços.
113 Sandra explica sobre a dificuldade de representar dois papéis de Diretora de Gestão e conselheira,
114 pois já foi muito desrespeitada neste conselho na gestão passada. Nada mais havendo a tratar e não
115 havendo intenção de apresentar outros assuntos pelos presentes, às doze horas e dez minutos, a
116 reunião foi encerrada, e eu Ordália de Fatima Braganholi Ferreira lavrei a presente ata.